

PATRICIA NOVAIS
CALMON

DIREITO DAS
FAMÍLIAS E DO
IDOSO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C164d Calmon, Patricia Novais
Direito das famílias e do idoso / Patricia Novais Calmon. - Indaiatuba, SP :
Editora Foco, 2022.
360 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui índice e bibliografia.
ISBN: 978-65-5515-440-5
1. Direito. 2. Direito de Família. 4. Direito do Idoso. I. Título.
2021-4767 CDD 342.16 CDU 347.61

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito de Família 342.16
2. Direito de Família 347.61

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	IX
PREFÁCIO.....	XI
As iluminações jurídicas de muitos direitos	XI
INTRODUÇÃO	XV

PARTE I PREMISSAS DO DIREITO DOS IDOSOS

1. O CONTEMPORÂNEO DIREITO DOS IDOSOS	3
1.1 Aspectos conceituais sobre a pessoa idosa: critérios cronológico, legal, biológico, social e econômico-financeiro	3
1.2 Idoso para muito além do critério cronológico: a utilização complementar do critério biológico.....	5
1.3 A ampliação do critério etário de 60 anos no contexto atual e suas teorias ..	8
1.4 Velhice x envelhecimento	13
1.5 Do envelhecimento ativo e saudável	16
1.6 Aspectos geracionais e culturais e o envelhecimento	18
1.7 Um segmento heterogêneo: “os velhos velhos” e os “novos velhos”	21
1.8 Nomenclaturas alternativas: terceira idade, ancião, melhor idade.....	24
2. A TUTELA NORMATIVA DA PESSOA IDOSA: DIREITOS DOS IDOSOS PARA ALÉM DO ESTATUTO DO IDOSO.....	27
2.1 Evolução histórica dos direitos da pessoa idosa	27
2.1.1 No cenário nacional	27
2.1.2 No cenário internacional.....	29
2.2 Princípios orientadores do direito dos idosos.....	35
2.3 A dissintonia entre o conceito cronológico de idoso e a idade estabelecida pela lei para a incidência de seus efeitos.....	40

3. O IDOSO EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL.....	45
3.1 A violência contra a pessoa idosa.....	45
3.1.1 A violência sociopolítica	45
3.1.2 A violência institucional.....	47
3.1.3 A violência intrafamiliar.....	48
3.1.4 A peculiar situação da autonegligência.....	49
3.1.4.1 Conceito de autonegligência.....	49
3.1.4.2 A autonegligência, o problema da configuração e a aplicação de medidas protetivas específicas	52
3.2 As medidas protetivas	54
3.3 A institucionalização da pessoa idosa.....	56
3.3.1 Modalidades de atendimento: não asilar e asilar.....	56
3.3.2 Requisitos para a institucionalização de idosos	59
4. A SOCIEDADE EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO – MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS A PARTIR DE FENÔMENOS GERACIONAIS	61
4.1 Noções iniciais	61
4.2 A rede de apoio familiar e os principais papéis sociais exercidos entre homens e mulheres: cuidador x provedor.....	63
4.3 A solidariedade e a ressignificação dos papéis sociais da família.....	66
5. DIREITOS PROCESSUAIS DOS IDOSOS.....	69
5.1 Noções iniciais	69
5.2 O acesso à justiça	70
5.3 A prioridade nos processos judiciais.....	73
5.4 A prioridade em processos e procedimentos administrativos.....	78
5.5 O atendimento prioritário em serviços de assistência jurídica e gratuidade da justiça	79
5.6 A “superprioridade” das pessoas idosas com mais de 80 anos	80
5.7 A competência fixada em razão do domicílio do idoso	82
5.8 As varas especializadas.....	84
5.9 A intervenção do Ministério Público	86

PARTE II
O DIREITO DAS FAMÍLIAS E A PESSOA IDOSA

6. ALIMENTOS	91
6.1 Noções iniciais	91
6.2 Os alimentos: obrigação e conteúdo	94
6.3 A obrigação alimentar nos termos da lei civil e suas características	94
6.3.1 Pessoaalidade (direito personalíssimo)	95
6.3.2 Irrenunciabilidade	96
6.3.3 Irrepetibilidade	100
6.3.4 Incompensabilidade	104
6.3.5 Impenhorabilidade	105
6.3.6 Atualidade	108
6.3.7 Anterioridade	110
6.3.8 Reciprocidade	110
6.3.9 Variabilidade	111
6.3.10 Futuridade	112
6.3.11 Imprescritibilidade	113
6.3.12 Alternatividade	115
6.3.13 Incessibilidade	116
6.3.14 Proximidade	117
6.3.15 Intransmissibilidade	118
6.3.15.1 A (in)transmissibilidade no viés da abrangência objetiva ..	120
6.3.15.2 A (in)transmissibilidade no viés da abrangência subjetiva (sujeitos envolvidos)	121
6.3.15.3 Transmissibilidade de alimentos não fixados?	122
6.4 A solidariedade alimentar imposta pelo Estatuto do Idoso (art. 12)	124
6.4.1 Solidariedade x divisibilidade	124
6.4.2 A ilusão da solidariedade?	126
6.5 Obrigações alimentares específicas	131
6.5.1 Alimentos entre duas pessoas idosas	131
6.5.2 Alimentos entre ex-consortes	132
6.5.2.1 O caráter assistencial dos alimentos entre ex-cônjuges e ex-companheiros	134

6.5.2.2	Os alimentos transitórios e a necessidade da propositura de ação exoneratória, como regra, para a cessação dos alimentos	136
6.5.2.3	Alimentos transitórios: vantagem processual ou assimetria sistêmica?	139
6.5.3	Alimentos entre idosos e filhos	143
6.5.4	Os filhos podem ser demandados para “complementar” os alimentos devidos pelo ex-cônjuge?	145
6.5.5	Alimentos avoengos	147
6.5.6	Os alimentos “netoengos” (avoengos inversos)	149
7.	A INCONSTITUCIONALIDADE DA REGRA QUE IMPÕE O REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS NAS UNIÕES FAMILIARES DE PESSOAS COM MAIS DE 70 ANOS (ART. 1.641, II, CC).....	151
8.	O DIVÓRCIO TARDIO (“GRAY DIVORCE”).....	155
8.1	Conceito.....	155
8.2	Fatores que justificam o divórcio tardio	156
8.3	Divórcio tardio, o “gray love” e novos arranjos familiares: uniões estáveis e relacionamentos sem coabitação (LAT – “living apart together”)	158
8.4	Alimentos entre ex-cônjuges no divórcio tardio.....	159
8.5	O adequado planejamento patrimonial no divórcio tardio: o “Plano de Adequação Patrimonial” (PAP) e a mitigação dos efeitos econômicos do divórcio.....	162
8.6	A influência do divórcio tardio sobre o direito a benefícios assistenciais	163
8.7	O direito à moradia	167
8.8	A revogação de instrumentos de confiança: procurações gerais, diretivas antecipadas de vontade (mandato duradouro) e autotutela.....	167
8.9	A mudança de nome	169
8.10	O divórcio por curador	171
9.	A MEDIAÇÃO, OS IDOSOS E O DIREITO DAS FAMÍLIAS	173
9.1	A mediação como técnica de empoderamento e aconselhamento emocional	173
9.2	A Mediação e o “emotional counseling”	177
9.3	A mediação e a busca pelos reais interesses	178
9.4	A mediação e o direito dos idosos.....	180

10. ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA.....	183
10.1 A alienação parental: noções essenciais	183
10.2 A alienação parental de idosos (alienação parental inversa).....	186
10.3 A teoria dos lugares paralelos interpretativos	188
10.4 Semelhanças e distinções entre a alienação parental de crianças e adolescen- tes e a alienação parental inversa	192
10.5 Incapacidade e alienação parental inversa	195
10.5.1 O novo prisma da incapacidade após o advento da Lei n. 13.146/15	195
10.5.2 Alienação parental inversa envolvendo idosos incapazes	198
10.5.2.1 As medidas cabíveis e alguns reflexos jurídicos da aliena- ção parental inversa de idosos incapazes	199
10.6 A ação de produção antecipada de provas em caso de alienação parental inversa.....	203
11. ABANDONO AFETIVO INVERSO	207
11.1 Noções iniciais	207
11.2 O abandono afetivo e a responsabilidade civil em relações familiares.....	210
11.3 Os requisitos configuradores da responsabilidade civil por abandono afetivo paterno-filial e inverso	214
11.4 O caráter objetivo do abandono afetivo e a decisão paradigmática do REsp 1.159.242-SP.....	218
11.5 A prescrição no abandono afetivo inverso	221
12. ABANDONO DIGITAL DE IDOSOS	225
12.1 Noções iniciais	225
12.2 Os idosos e a tecnologia: entre benefícios e riscos.....	226
12.3 O abandono digital de idosos.....	231
12.4 Reflexos jurídicos do abandono digital de idosos.....	235
13. ADOÇÃO POR ASCENDENTES.....	239
13.1 Noções iniciais	239
13.2 A vedação legal, sua abrangência e origem histórica.....	240
13.3 O STJ e a flexibilização da vedação da adoção de descendente por ascenden- te e da necessária observância das nuances do caso concreto.....	243
13.4 Das finalidades da proibição e da incoerência com o atual cenário do Direito das Famílias.....	247

14. ADOÇÃO DE IDOSOS	251
14.1 Noções iniciais	251
14.2 O conceito de família pautado no afeto, a formação do parentesco por “outra origem”, e a colocação de idosos em família substituta.....	252
14.3 O abandono e a institucionalização da pessoa idosa: “os idosos órfãos”	253
14.4 A colocação de idoso em família substituta como meio de se garantir o direito à convivência familiar e comunitária	255
14.5 Os requisitos para a adoção de idosos.....	258
14.6 Desafios a serem enfrentados	260
14.6.1 A dissintonia entre o Direito e a biologia: a superação da regra do art. 42, § 3º do ECA (diferença etária de 16 anos entre adotante e adotando)	260
14.6.2. Adoção de idosos como garantia de dignidade e pertencimento, não infantilização: o “problema” da titulação	263
14.6.3 Questões de ordem patrimonial impediriam a concessão da adoção?	264
14.7 Os aspectos processuais da adoção de idosos	265
15. SENEXÃO.....	267
15.1 Noções iniciais	267
15.2 Senexão: O Projeto de Lei 105/2020	268
15.3 Senexão e adoção de idosos: o cotejo entre os Projetos de Lei	270
15.4 A socioafetividade no Projeto de Lei 105/2020: sua extensão para além da filiação.....	272
16. DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE (TESTAMENTO VITAL E MANDATO DURADOURO)	277
16.1 Noções iniciais	277
16.2 Diretiva antecipada de vontade como expressão do direito à vida digna e seu conceito	278
16.3 A regulamentação das diretivas antecipadas de vontade no direito brasileiro	281
16.4 A internalização da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	282
16.5 Da inconvenção de instrumentos normativos que limitem a autodeterminação do idoso sobre procedimentos de saúde	285
16.5.1 O controle de convencionalidade e o controle de constitucionalidade....	285
16.5.2 A inconvenção e inconstitucionalidade da Resolução 2.232/2019 do CFM	287

17. A CURATELA.....	289
17.1 A tutela dos incapazes e as regras protetivas.....	289
17.2 A personalidade jurídica e a capacidade jurídica	291
17.3 A legitimação.....	293
17.4 A curatela e o Estatuto da Pessoa com Deficiência	294
17.5 Principais características da curatela	296
17.6 Curatela <i>versus</i> curadorias	298
17.7 A curatela compartilhada.....	299
17.8 A curatela provisória.....	299
17.9 A curatela prorrogada ou extensiva	300
17.10 As pessoas que não podem ser curadoras.....	300
17.11 A ação de curatela	302
17.12 A remoção e exoneração de curador.....	306
17.13 Curatela e registro público.....	307
17.14 Prestação de contas.....	307
17.15 Levantamento da curatela.....	308
17.16 Autocuratela.....	309
18. A TOMADA DE DECISÃO APOIADA.....	313
18.1 O Estatuto da Pessoa com Deficiência e o princípio da adaptação razoável ...	313
18.2 A tomada de decisão apoiada.....	316
REFERÊNCIAS.....	321